

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o **CARF**

Valor Econômico

Cardozo diz ter "total confiança" em honestidade de Lula

Valor Econômico - 28/10/2015

ANDREA JUBÉ | DE BRASÍLIA

Em defesa de sua gestão no comando da Polícia Federal, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse ao Valor que tem a "consciência tranquila" de que atua com isenção. Sob críticas do PT, da oposição e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas com o aval absoluto da presidente Dilma Rousseff, ele avisa: "não esperem de mim que eu diga não investiguem A, B C ou D, um ministro da Justiça não pode conduzir investigações, seja para punir amigos ou inimigos". Ele diz que nunca temeu o impeachment, que a crise política "é página virada" e que continua no cargo. "Enquanto a presidente quiser e eu achar que não atrapalho, eu fico".

Um dia após a Polícia Federal praticamente bater na porta de Lula, em ação que mirou a empresa de um de seus filhos, Cardozo o defendeu, embora, reservadamente, o ex-presidente articule para afastá-lo do cargo. "Conheço Lula há muitos anos e tenho a total confiança de que ele não se envolveu nem permitiria que alguém próximo dele se envolvesse em desmandos", assegura. "Acho muito ruim que investigações em curso sejam utilizadas retoricamente pela oposição para atingi-lo na sua honra e na sua imagem política", reforça.

A ação da PF contra o filho de Lula estremeceu os pilares de sua relação com Dilma. Mais de uma vez, ele sugeriu a ela que substituísse Cardozo, alegando que o ministro não teria controle sobre a instituição. Para desfazer o mal estar, a presidente hesitou, mas foi convencida a embarcar ontem à noite para São Paulo a fim de cumprimentar Lula pessoalmente pelo aniversário de 70 anos. Foi acompanhada do chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, um dos poucos nomes aptos a reconciliá-los.

Dilma ficou por pouco mais de uma hora no Instituto Lula, onde seu antecessor foi anfitrião de um churrasco para apenas 30 pessoas. Entre elas, o presidente nacional do PT, Rui Falcão, que afirmou não existir atritos entre Dilma e Lula. Também estava o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad.

Luís Cláudio Lula da Silva é investigado na Operação Zelotes, que apura um esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). Na segunda-feira, agentes cumpriram mandados em sua empresa. Mas as críticas a Cardozo recrudesceram em meio aos desdobramentos da Operação Lava-Jato, que ensejou inquéritos e denúncias contra ministros do núcleo palaciano, lideranças do PT, de siglas da base aliada e da oposição. Cardozo responde com ironia: "sempre que investigações atingem o mundo da

política, o ministro da Justiça é alvo de bombardeio, de setores da base governista e também de opositores, vamos ser isonômicos".

Ele ressalta que tem de agir com isenção. "Um ministro da Justiça não pode conduzir investigações para punir amigos ou inimigos. Republicanamente, legalmente, não pode fazer isso", afirma. "Não esperem de mim que eu diga não investiguem A, B C ou D, que enquanto estiver aqui, isso não acontecerá", avisa.

Questionado sobre reclamações de aliados de Lula de que a ação contra um de seus filhos teria irregularidades, Cardozo rebate que mandou abrir sindicâncias sempre que informado de excessos da PF. "Apontar abusos em tese não basta, mostrem os fatos abusivos que a investigação será determinada com o máximo rigor", devolveu. Pontua que é duro do ponto de vista disciplinar e, até agora, foi o que mais demitiu agentes da PF e da Polícia Rodoviária Federal.

De correntes distintas no PT - Cardozo é um dos expoentes da Mensagem, segunda maior tendência da sigla - ele não integra o núcleo mais ligado a Lula. Na formação do ministério para o segundo mandato, em dezembro, Lula fez gestões para que Dilma o substituísse por Jaques Wagner. Nos últimos dias, voltaram rumores de que Lula recomendara para sua cadeira o deputado Wadih Damous (PT-RJ), ex-presidente da Ordem dos Advogados, no Rio de Janeiro. Damous foi autor de uma das liminares obtidas no Supremo para suspender o rito do impeachment na Câmara dos Deputados.

Após um período de distanciamento, Lula e Cardozo se encontraram em agosto, na sede do Instituto Lula em São Paulo. Era um sábado e a temperatura da Lava-Jato estava nas alturas, cinco dias após a prisão do ex-ministro José Dirceu pela Polícia Federal.

Cardozo relata que, no fim do ano passado, recomendou à presidente que o substituísse, porque acredita que o cargo de ministro da Justiça "tem uma fadiga de material inevitável". Mas ela não concordou e seguiu confiando-lhe missões especiais. No estertor da crise, quando Dilma escalou os ministros mais próximos de si para desconstruírem a mobilização pelo impeachment, Cardozo reuniu-se com lideranças da oposição. Fora da agenda oficial, esteve com o senador José Serra (PSDB-SP) e com o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

Ele afirma que nunca teve receio real do impeachment. "Confio no Judiciário, no Legislativo, não acredito que o Brasil vá ter uma trajetória de interrupção da consolidação democrática, não acredito em posturas que prevaleçam acima da democracia", justifica.

Muito além do ministério, Cardozo e Dilma desenvolveram uma relação de amizade e confiança, que remonta à campanha de 2010, da qual ele foi coordenador jurídico. Foi a presidente quem o obrigou a fazer um check up no início do ano, que revelou o câncer na tireoide, que ele extraiu em abril. Há dez dias, ele completou o tratamento auxiliar, com radioterapia à base de iodo.

Políticos que torcem pela saída de Cardozo tentam decifrar a afinidade entre ele e a presidente, que sela sua longevidade no governo. Eles conversam sobre literatura, música e

artes em geral. Ela lhe empresta livros - entre os recentes, o original em espanhol de "O homem que amava os cachorros", de Leonardo Padura. Ele já tocou piano para ela em jantares no Palácio da Alvorada. O mau humor de alguns políticos com Cardozo é tão grande que o criticam por torcer para o São Paulo. "É time de coxinhas", diz um petista. A maioria na sigla é de corinthianos, como Lula.

Pela segunda vez em sua biografia, Cardozo encontra-se no epicentro de uma grave crise política. Como secretário de Governo, também era braço direito de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo. "Sempre fui comandado por mulheres", entrega.

Assim como Dilma, Erundina sofreu revezes no primeiro ano como perda de maioria no Legislativo, baixa popularidade, rejeição das contas de governo. Ela comparava a crise a uma "criança nordestina". Dizia que "se virar o primeiro ano, ela se cria". Mas Cardozo rebate que a comparação não se aplica a Dilma. "Do ponto de vista político, já viramos esse ano, as turbulências são página virada", desafia. (Colaborou Fernando Taquari, de São Paulo).

O Estado de S.Paulo

Opinião - Feliz ano velho

O Estado de S. Paulo - 28/10/2015

MURILLO DE ARAGÃO

Existem anos que demoram a acabar. Outros acabam ou começam cedo demais. 2015 é um ano que já acabou. Burocraticamente, os acontecimentos vão se suceder para que no dia 31 de dezembro se confirme o novo ano. Fora do calendário, 2016 já começou, impulsionado pelos temas e desdobramentos de 2014, pelas decisões e indecisões deste ano e pelo que ficará pendente.

Além de prematuro e longo, 2016 será um ano "millésime" da política, com uma grande safra de eventos. Tanto os que restam deste ano quanto os que serão incorporados nos meses subsequentes. Para o governo, fora a questão do impeachment, tudo o mais ficou para 2016.

No campo econômico, o governo jogou a toalha, com Orçamento deficitário e complacência para com o rebaixamento do rating do País. Transferiu para o ano que vem o ataque frontal ao déficit público e também as eventuais aprovações da CPMF e da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Lutará, apenas, pelo Orçamento de 2016 e já se conformou com uma inflação acima da meta.

No campo político, gastou meses para corrigir as próprias trapalhadas. Reagiu sempre atrasado e de modo confuso diante do tamanho do problema, amplamente conhecido: a relação entre o Palácio e os aliados da base governista. Em 2015, na política, o governo foi o macaco na loja de louça e, de longe, o maior adversário de si próprio. Caçador de si mesmo. Jogando o tempo todo contra o seu patrimônio.

No campo administrativo, não "governou" em 2015. Mal comparando, parece o governo sírio, que está sitiado entre grupos que brigam com ele e entre si. É um governo em compasso de espera, focado na defesa do impeachment. Contando votos, enquanto quem, de fato, fica em compasso de espera é o País. Pouco faz e o que faz não é percebido. É o imobilismo em movimento. Um tronco velho ao sabor da correnteza. A chuva imóvel de Campos de Carvalho.

Por exemplo: soluções propostas para estabilizar a questão da Petrobrás e de seus fornecedores dormem nas gavetas do Planalto. A reformatação do **Carf** dormita no Planejamento, à espera de míseros R\$ 800 mil para ser posta em prática. A repatriação de divisas, que estava bem encaminhada no Senado, pode ter ido para as calendas e, com isso, os recursos para financiar a transição para um novo modelo de ICMS.

O ano antecipado começa já, com um debate sobre impeachment que se vai acelerar gradativamente. E não deverá ser concluído este ano, salvo evento inesperado. A discussão em torno da DRU e da CPMF, que pode começar agora, não deve ser concluída. A atual configuração da base política não dá a mínima esperança de que as votações possam ocorrer rapidamente.

O afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), talvez possa ser concluído este ano. Mas a sua agonia já começou sem data certa para acabar. Considerando sua tenacidade, tudo pode ficar para 2016. Afinal, mesmo estando no corner, Cunha tem poder suficiente para se defender e ampliar o incêndio político.

O ambiente de incerteza política e de paralisia do governo atinge em cheio as expectativas econômicas. O desempenho trágico da economia também transferiu para 2016 as decisões empresariais e as boas expectativas para 2017. Teremos um Natal morno, com baixa venda de presentes. Tudo embalado pela expectativa de que o desemprego chegue a dois dígitos e "imploda" de vez a paciência dos brasileiros. A falta de dinheiro fará a diferença, assim como a incerteza de sua recuperação no ano que vem. Para o empresariado, 2015 acabou. Para o trabalhador, 2015 tem de acabar rápido na esperança de tempos melhores.

Além dos problemas remanescentes e inconclusos de 2015, 2016 traz a sua própria safra de novidades, entre as quais se destacam as eleições municipais e a Olimpíada. Ambos serão eventos importantes, mas com impactos diferentes do esperado. Num ambiente de recessão econômica, a Olimpíada pode ser mais pálida. Os Jogos estão impactados pelas confusões da Operação Lava Jato, já que as obras para as competições se relacionam com empresas envolvidas no escândalo de corrupção da Petrobrás.

Na esfera eleitoral, os efeitos das investigações e a proibição de doações empresariais terão consequências revolucionárias. Sem as verbas empresariais as eleições serão bem mais pobres, o que se por um lado é bom, para reduzir o abuso do poder econômico, por outro não é nada bom que a corrida eleitoral seja patrocinada só pelo Tesouro. Teme-se, ainda, que o caixa 2 assuma maior relevância no processo.

No campo jurídico, 2016 promete ser ainda mais animado que agora. Dezenas de

processos sobre políticos começarão a ser analisados no STF. Muitos caciques serão emparedados. Conforme o governo for se enfraquecendo cada vez mais, o Supremo deverá agir, também cada vez mais, com maior autonomia e menos preocupação com os "padrinhos". Será um "barata voa" de proporções épicas. Tudo alimentado pela notável incapacidade do governo de fazer uma boa leitura do ambiente político e por sua rapidez de jabuti para responder aos sucessivos desafios que se apresentam.

Claramente, o governo vive uma curiosa síndrome, que é a de criar problemas a cada novo problema que aparece. Não há uma intervenção apaziguadora. Quando esta não é conflituosa, é ineficaz. Tanto por sua extraordinária limitação quanto pelo aprisionamento de sua agenda em torno do impeachment, agenda que deveria estar focada no ajuste fiscal e na retomada.

Muitos se perguntam se o governo se pode salvar. Como Campos de Carvalho diz num de seus textos, tudo pode acontecer. Inclusive Astrogildo - ou será Ruy Barbo? - ir a Paris sem nunca ter ido, como na obra-prima A Lua Vem da Ásia. O realismo fantástico da literatura latino-americana está impregnado na política nacional. Demolindo os limites dos calendários. Encurtando ou alongando os anos. Com o governo matando seu próprio tempo e a oposição discutindo se vai à praia ou se sobe a serra.

Para o governo, fora o impeachment, tudo o mais ficou para o ano que vem

***MURILLO DE ARAGÃO É CONSULTOR, ADVOGADO, CIENTISTA POLÍTICO, É MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA E DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA UNB**

Editorial - Lula e o mar de lama

O Estado de S. Paulo - 28/10/2015

Não se pode dizer que tenha causado surpresa o fato de a Operação Zelotes da Polícia Federal (PF) ter estendido suas investigações à empresa de um dos filhos de Luiz Inácio Lula da Silva e convocado a prestar depoimento o seu fiel acólito, Gilberto Carvalho. Muito menos surpreendente foi a reação do próprio Lula, relatada por testemunhas do desabafo, que extremamente irritado responsabilizou a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por mais esse ato de "perseguição política". O paladino da igualdade social, como se vê, continua se achando mais igual do que todo mundo e, portanto, acima de qualquer suspeita de ter alguma coisa a ver com o mar de lama que inundou a política e a gestão da coisa pública como nunca antes na história deste país.

Para Lula, de acordo com a queixa relatada por amigos, a ação da PF "passou dos limites", baseada apenas no "mentirão premiado", expressão com a qual, doravante, todo petista que se preze passará a se referir ao instituto da delação premiada. E a culpa é toda da presidente da República, que dá ouvidos a seu

ministro da Justiça, que por sua vez não tem pulso nem interesse em "controlar" a PF. Reclamação um tanto contraditória, uma vez que até algum tempo atrás, quando ainda se sentia fora do alcance do longo braço da lei, Lula tinha a cara de pau de gabar-se de que investigações como a do mensalão, que mandou a alta cúpula do PT para a cadeia, só eram possíveis porque seu governo garantia à PF e ao Ministério Público Federal (MPF) fartos recursos e absoluta autonomia para trabalhar.

A Operação Zelotes foi criada para desvendar esquema de propinas e tráfico de influência no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão encarregado de fiscalizar débitos de grandes contribuintes com a Receita Federal. O desdobramento das investigações resultou na prisão preventiva de seis suspeitos de integrar o esquema de "lobby, corrupção e tráfico de influência" revelado pelo Estado em reportagens publicadas nas últimas semanas sobre a ação de lobistas que teriam logrado "comprar" a edição, pela Presidência da República, de Medidas Provisórias (MPs) que beneficiaram montadoras de veículos com isenção de tributos e de taxas. A ação policial de segunda-feira incluiu a busca e apreensão de documentos no escritório da LFT Marketing Esportivo, empresa de Luís Cláudio Lula da Silva, suspeito de ter recebido propina de R\$ 1,5 milhão da consultoria Marcondes & Mautoni, cujo diretor Mauro Marcondes Machado integra a lista dos seis presos.

O extraordinariamente bem-sucedido desempenho dos filhos de Lula no mundo dos negócios - sempre de alguma forma beneficiados pela generosidade de poderosos empresários cuja, digamos, amizade o ex-presidente teve a sabedoria de cultivar depois que deixou o poder - começa a se revelar um ponto extremamente vulnerável na imagem do chefe da tigrada. Afinal, é impossível imaginar que não haja nenhuma relação entre o enorme poder político de Lula e a largueza com que homens de negócio que dependem de contratos com o governo colocam a mão no bolso para ajudar a prole Da Silva.

A verdade é que Lula é hoje um homem rico, o que atribui exclusivamente a sua conhecida condição de palestrante internacional muito bem remunerado. Ele repele com firmeza as suspeitas de que também se tem beneficiado do papel de lobista de grandes empreiteiras no País e, principalmente, no exterior. Argumenta que essa é uma atividade patriótica por meio da qual muitos ex-presidentes em todo o mundo colocam seu prestígio a serviço dos interesses nacionais. É verdade. Mas é preciso considerar - mera possibilidade teórica - que quando se cobra por isso fica quase impossível distinguir patriotismo de tráfico de influência. E também não faz mal lembrar o que Samuel Johnson dizia a respeito do patriotismo e de patriotas.

É perfeitamente natural, portanto, que a tendência inevitável das investigações dessa corrupção, que parece só não existir onde não é procurada, seja a de provocar surtos cada vez maiores de irritação do ex-presidente da República. Pois é perfeitamente compreensível que Lula sofra muito por descobrir que não pode confiar na pupila que escolheu a dedo para ser sua sucessora e guardiã temporária

de seu infalível projeto de felicidade para o Brasil.

O Globo

Filho de Lula terá de explicar à PF dinheiro que recebeu de lobista

O Globo - 28/10/2015

Policiais investigam pagamento de propina a parlamentares para aprovar MP

JAILTON DE CARVALHO E EDUARDO BRESCIANI

BRASÍLIA - A Polícia Federal vai intimar o empresário Luis Claudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Lula, para prestar depoimento no inquérito sobre a compra de medidas provisórias favoráveis a montadoras de veículos, entre elas a Mitsubishi Motors e a Caoa, que representa a Hyundai no Brasil. Luis Claudio será chamado para se explicar sobre um pagamento de R\$ 1,5 milhão que uma de suas empresas, a LFT Marketing Esportivo, recebeu da empresa de lobby Marcondes & Mautoni, no ano passado. A PF também vai tentar descobrir quais políticos teriam contribuído com o esquema, uma vez que foram descobertos e-mails entre lobistas relatando a necessidade de fazer "acertos" com parlamentares.

A PF ainda não definiu a data do depoimento de Luis Claudio, que deve acontecer após a análise do material apreendido na mais recente etapa da Operação Zelotes, investigação que teve início com a apuração de fraudes no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), do Ministério da Fazenda, e agora avança sobre a suposta compra de medidas provisórias relacionadas à renúncia fiscal para montadoras.

Procurador acha negócio "muito suspeito"

Segundo a investigação, a Marcondes & Mautoni é uma empresa de fachada, suspeita de intermediar negócios ilegais entre empresas privadas e o setor público. Em pedido que deu origem às buscas na LFT, o procurador José Alfredo de Paula Silva considerou estranho uma empresa de marketing esportivo ter recebido dinheiro de uma empresa de lobistas. Também foram apreendidos documentos da Touchdown Promoção de Eventos Esportivos e da Silva e Cassaro Corretora de Seguros, que também pertencem ao filho do ex-presidente Lula.

"É muito suspeito que uma empresa de marketing esportivo receba valor tão expressivo de uma empresa especializada em manter contatos com a administração pública (a Marcondes & Mautoni)", afirmou o procurador.

Pelas investigações, a MMC (Mitsubishi Motors Company) e a Caoa pagaram à Marcondes & Mautoni R\$ 16,8 milhões em troca de alterações na Medida Provisória 627, de 2013. Uma emenda aprovada no Congresso prorrogou benefícios fiscais para as

montadoras. Em 2014, a Marcondes & Mautoni repassou R\$ 1,5 milhão à LFT Marketing. Os sócios da empresa de lobby, Mauro Marcondes Machado e Cristina Mautoni, foram presos anteontem.

Em nota divulgada anteontem, o advogado Cristiano Martins, responsável pela defesa de Luis Claudio, afirmou que a LFT fez contrato de prestação de serviços com a Marcondes & Mautoni entre 2014 e 2015. Segundo ele, o contrato resultou em quatro projetos e relatórios relacionados ao marketing esportivo. O advogado disse ainda que os valores foram devidamente declarados à Receita Federal. Ele não explicou, no entanto, o conteúdo dos projetos.

Envolvimento de políticos sob investigação.

Os investigadores também vão apurar o envolvimento de políticos. E-mail enviado pelo ex-conselheiro do **Carf** José Ricardo dos Santos, em 29 de dezembro de 2009, a Eduardo Valadão, sócio de empresa de lobby envolvida no esquema, tem como título "Atenção parlamentares" e relata a necessidade de "acerto" de contas com políticos. O e-mail é encaminhado também ao lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS. José Ricardo ressalta que está partindo para uma viagem e não conseguiu falar com os parlamentares. Sugere que Valadão faça o contato, se achar preciso, para a prestação de contas.

"De qualquer forma, se você achar por bem, diga a eles que faremos, assim que eu retornar, toda a prestação de contas com os devidos acertos. Há, realmente, diferenças a serem repassadas", escreveu o ex-conselheiro.

José Ricardo prossegue pedindo que Valadão explique não ser conveniente fazer os repasses "de imediato" e que faça a conversa "de maneira tranquila" e "sem criar tensões nos sentimentos deles". Afirma ainda que, para "segurança dos procedimentos", era melhor deixar os pagamentos para 2010. No e-mail a APS, o ex-conselheiro afirma que "os nossos colaboradores estão com um conceito muito imediatista", mas que "é só esclarecer bem a situação e tudo vai dar certo".

A PF diz não ter identificado os políticos envolvidos, mas vê no e-mail sinal de que havia "sanha" dos parlamentares na cobrança aos envolvidos: "Não olvidemos da importante e estarrecedora mensagem do José Ricardo da Silva para os seus sócios Eduardo Gonçalves Valadão e Alexandre Paes dos Santos, em que o primeiro passa orientações minuciosas a esse segundo para aplacar a sanha de cobrança dos parlamentares envolvidos na aprovação da medida provisória na Câmara explicando que os pagamentos dos "acertos" seguiriam um "fluxo normal", o que indica a possível corrupção de então parlamentares que ainda não foram identificados", registrou a PF no documento da Zelotes.

Em outro e-mail, Alexandre Paes relata a outros integrantes do esquema que uma emenda que desejavam aprovar não foi adiante porque ninguém "abanou o rabo" para aprovar. Ele se refere ao fato de a MP 471/2009, que tratou de benefícios tributários para montadoras no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ter passado pelo Congresso sem alterações.

No material em análise da PF, há trocas de e-mails envolvendo Fernando César Mesquita,

ex-diretor do Senado e homem de confiança de José Sarney, com a apresentação de emendas a essa MP. Mesquita recebeu R\$ 78 mil dos lobistas. Segundo a PF, a título de propina.

Sérgio Moro elogia atuação de juíza da operação Zelotes

O Globo - 28/10/2015

Para ele, foram "importantes" as prisões e os mandados de busca e apreensão executados pela PF

RENATO ONOFRE

SÃO PAULO - O juiz federal Sérgio Moro elogiou ontem a atuação da juíza Célia Regina Bernardes, que autorizou na segunda-feira a busca e apreensão em empresas de um dos filhos do ex-presidente Lula, Luis Claudio Lula da Silva, durante nova fase da Operação Zelotes. Em evento realizado pela revista "The Economist" em São Paulo, Moro disse que a decisão da juíza foi "importante", sem citar Luis Claudio.

Para Moro, a Lava-Jato sozinha não pode ser considerada o agente influenciador de mudanças no país. Ele defendeu o fortalecimento das instituições como "primordial para aumentar a eficácia ao combate à corrupção". E disse que a Lava-Jato não é uma exceção. Para exemplificar seu ponto de vista, elogiou a decisão da magistrada, que autorizou a prisão de seis envolvidos no esquema descoberto no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

- Esses casos (Lava-Jato e Zelotes) influenciam positivamente. Ontem mesmo teve a decisão de uma colega juíza que me pareceu importante - disse Moro. - Acredito que o caso (Zelotes) está nas mãos de uma colega juíza muito competente.

Moro disse que as instituições no Brasil não são frágeis: a manutenção de investigações como a Lava-Jato e a Zelotes são frutos da força dessas instituições.

- Não se varreu nenhum desses casos criminais para debaixo do tapete.

Muitos peixes grandes

O juiz foi um dos convidados no seminário Brasil Summit. Ele participou de um debate sobre a corrupção no Brasil ao lado da jornalista da GloboNews Monica Waldvogel e do advogado Thiago Jabor. O encontro foi mediado pelo editor da

revista Michael Reid, que abordou as críticas ao excesso de delações e prisões preventivas. Reid perguntou se a combinação não estaria contribuindo para "pescar" muitos acusados.

- Olha, acho que tem vindo bastante peixe. (Mas) Acho que existe uma crítica exagerada - disse o juiz.

O juiz defendeu ainda que o combate à corrupção não é um dever só das instituições, mas de toda a sociedade. E brincou dizendo que tem aceitado ir a eventos com empresários para "passar basicamente" um recado:

- Não paguem propina.

Ele foi questionado por um empresário presente na plateia se ele entraria na política. E refutou a possibilidade:

- As propensões políticas não estão no meu horizonte, e eu falo francamente sobre isso.

Moro disse que é difícil prever as consequências do escândalo no país. Ele defendeu a mobilização da sociedade para pressionar o Legislativo por aprimoramento do sistema penal. Citou como exemplo a decisão do Ministério Público Federal de propor dez medidas contra à corrupção e se posicionou favorável ao projeto de lei que reduz a morosidade da Justiça nos casos complexos, em tramitação no Senado.

Moro afirmou que, às vezes, falta vontade do poder público para aprimoramento do combate à corrupção.

- Não seria este o momento de se tomar as iniciativas? Mas de maneira efetiva, não apenas no discurso? Perde-se um bom momento de mudança, o Congresso deveria ser pressionado pela opinião pública (para acelerar essas mudanças) - disse, completando: - Não se pode confiar só no poder público, mas este seria um bom momento para ele ser pressionado.

Folha de S. Paulo

Ex-ministro nega tráfico de influência e negociação de MPs

Folha de S. Paulo - 28/10/2015

EM DEPOIMENTO A CPI, GUIDO MANTEGA DEFENDE SUA GESTÃO NA FAZENDA E DIZ QUE NUNCA FOI PROCURADO PARA TRATAR DE MEDIDAS

Ex-chefe da Fazenda culpou a crise econômica mundial, deflagrada em 2008, pelos

problemas que o país atravessa

DIMMI AMORA

Em depoimento à CPI do BNDES da Câmara nesta terça-feira (27), o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, negou que tenha havido tráfico de influência para decidir empréstimos do banco ou para editar medidas provisórias sobre redução de impostos. "Nunca fui procurado para coisa dessa natureza e, se tivesse sido, teria sido repellido [o pedido]", disse o ex-ministro da Fazenda ao comentar uma declaração de um colega de esplanada.

Na segunda, o ex-ministro Gilberto Carvalho disse ter orientado um dos presos na Operação Zelotes, Mauro Marcondes, a tratar com Mantega sobre a renovação de uma medida provisória. A Polícia Federal suspeita que tenha havido repasse de propina de empresas que teriam sido beneficiadas pela MP. Defendendo o governo, Mantega afirmou que tanto as MPs como as políticas de incentivos fiscais foram discutidas amplamente pela sociedade e aprovadas pelo Congresso Nacional.

Sobre empréstimos para empresas que depois viraram alvo de operações da PF, o ex-ministro disse que o BNDES tomava os cuidados necessários antes de realizar operações financeiras. "Se depois houve alguma irregularidade, o BNDES não poderia saber", afirmou. Ele também negou ser amigo do empresário Vitor Sandri, citado na Zelotes como beneficiado por decisões do **Carf**, conselho de recursos de multas da Receita Federal, órgão ligado à Fazenda.

CRISE

O ex-ministro passou quase quatro horas respondendo a deputados, a maioria da oposição. Grande parte dos questionamentos era sobre o que levou o governo a usar o BNDES para fazer empréstimos subsidiados. Mantega reconheceu a gravidade da crise atual, mas defendeu seus quase nove anos à frente do ministério. Segundo ele, o período não foi um "voo de galinha", já que houve crescimento médio de 3,5% ao ano do PIB.

O ex-chefe da Fazenda culpou mais uma vez a crise econômica mundial pelos problemas que o país atravessa, dizendo que ela "dura até os dias de hoje". Argumentou que a crise — após afetar a economia americana e a europeia — agora atinge também os países emergentes. "O nosso problema é que a crise continuou e não permitiu sucesso maior.

Navegamos com vento contrário", afirmou ao ser questionado sobre a redução do crescimento do PIB desde 2011. Sobre o que levou a presidente Dilma Rousseff a fazer previsões equivocadas sobre a economia durante as eleições, o ex-ministro disse que o governo e o mercado se enganaram, citando dados do Boletim Focus, do Banco Central, que capta perspectivas do mercado. Nessa hora, ele culpou a "seca", a "redução dos preços

das commodities", a "instabilidade política" e até a "Copa" pelo mau desempenho da economia brasileira a partir do ano passado.

Folha de Pernambuco - PE

Presidente do Carf promete convocar Lula e seus filhos

TUCANO admite que não será fácil levar petista à CPI. "Proteção à abelharainha da colmeia petista é enorme", disse o senador

BRASÍLIA (Folhapress) - No esmo dia em que comemorou 70 anos, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se viu m meio a um fogo-cruzado que, deflagrado na segunda-feira, pela Operação Zelotes, certamente, deve ter lhe tirado bom humor para as muitas homenagens e comemorações ao seu aniversário. As contrariedades começaram cedo. Em entrevista à Jovem Pan, o presidente da CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que investiga fraudes e corrupção o órgão federal, disse que ai apresentar requerimentos e convocação do ex-presidente Lula, de dois de seus filhos, Luís Cláudio (cuja empresa foi vasculhada pela PF) Fábio Luís, e dos ex-ministros Gilberto Carvalho (Secretaria Geral) e Erenice Guerra (Casa Civil).

"Chego a dizer que a corrupção dentro desse contencioso é três vezes a Lava Jato", contabiliza o presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Ele admitiu que "não é uma batalha fácil" convocar Lula e seus filhos para depor em Brasília. "O plenário (da CPI, que aprova ou não a convocação) é soberano e a oposição é minoritária", reconhece. "A proteção à abelha rainha é enorme", ilustra Ataídes, comparando o ex-presidente à líder da colmeia. O senador tucano chama Lula de "pai de tudo" e lhe atribui o "desastre econômico" e a "roubalheira", que, segundo ele, "passam obrigatoriamente pela mão do ex-presidente Lula".

"Se a gente não conseguir chegar via Legislativo, via Judiciário, eu tenho certeza que essa "abelha-rainha" será atingida a qualquer momento, será procurada a qualquer momento para prestar esclarecimentos tão necessários à população brasileira", discursa Ataídes, referindo-se aos trabalhos do Ministério Público e da Polícia Federal na Operação Zelotes. O senador entende também que a suposta compra de medidas provisórias "envolve o Executivo, mas também o Legislativo". "Vamos ter que jogar todas as luzes em cima dessas MPs".

RENAN

Também ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), defendeu que as investigações sobre as denúncias de compra de medidas provisórias no governo Lula que beneficiaram o setor automotivo sejam esclarecidas. Renan era presidente do Senado em 2013, quando uma das medidas, a 627, foi aprovada pelo Congresso e virou lei. "Essas coisas, evidentemente, deverão ser esclarecidas. Não estou avaliando o andamento desse procedimento, dessa investigação, mas é muito importante ficarmos atentos", disse . A Operação Zelotes, da Polícia Federal, investiga a suposta negociação com funcionários do governo e congressistas para a edição de duas medidas provisórias que beneficiaram o setor automotivo coma garantia de benefícios tributários.

Jornal do Senado - DF

CPI ouve dois suspeitos e pode convocar investigados na 3ª fase da Operação Zelotes

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de fraude no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ouvirá nesta quinta-feira (29), às 9h, mais dois suspeitos de participação no esquema. Jason Zhao é diretor-executivo da Huawei do Brasil, uma das companhias que teriam buscado suporte de lobistas para influenciar julgamentos do Carf. João Batista Gruginski foi conselheiro do órgão e atualmente é sócio da empresa SGR Consultoria Empresarial Ltda., uma das investigadas pela prática de tráfico de influência.

Após os depoimentos, a CPI deverá votar nove requerimentos que estão na pauta. Entre eles, há pedidos de convocação de suspeitos de atuar como lobistas para conseguir a edição de medidas provisórias destinadas à concessão de incentivos fiscais ao setor automotivo, como a MP 471/2009, que prorrogou de 2011 a 2015 benefícios para fábricas instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Segundo o presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), no curso das investigações da comissão e da Operação Zelotes da Polícia Federal, surgiram informações de que a mesma quadrilha que atuava na manipulação de julgamentos no âmbito do Carf, em benefício de grandes empresas devedoras do Fisco, também atuou junto ao Palácio do Planalto para obter a prorrogação de benefícios fiscais em favor do setor automotivo.

Essa justificativa está em requerimento no qual Ataídes solicita a convocação de Carlos Alberto de Oliveira Andrade, dono da empresa CAO A. Ele prestou depoimento à Polícia Federal na terceira fase da Operação Zelotes da Polícia Federal deflagrada na segunda-feira (26), que investiga a negociação de incentivos fiscais a favor de empresas do setor automobilístico.

É fundamental que o mencionado empresário seja ouvido também nesta CPI, a fim de que possa esclarecer sua participação no esquema de compra de medidas provisórias com incentivos fiscais, afirma Ataídes no requerimento.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) solicita a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico e a convocação de José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do Carf e dono da J.R. Silva Advogados & Associados, preso preventivamente pela PF também na segunda-feira. Segundo Randolfe, ele tinha como papel-chave no esquema do Carf a intermediação entre conselheiros e empresas endividadas dispostas a se envolverem no esquema criminoso. Outro pedido de Ataídes pede a convocação de Eduardo Valadão, sócio de José Ricardo e também preso pela PF.

O senador pelo Amapá pede ainda a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Alexandre Paes dos Santos, sócio da empresa Davos, também preso na terceira fase da Operação Zelotes, por suspeita de participar da negociação de medidas provisórias para favorecer o setor automotivo.

Requerimento de Randolfe solicita também a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Carlos Juliano Ribeiro Nardes. Ele é sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes e está sendo investigado, segundo a relatora Vanessa Grazziotin (PCdo B-AM), por suposta participação no processo que envolveu a Rede Brasil Sul (RBS) no Conselho.

Segundo Randolfe, depoimentos prestados à CPI no último dia 15, indicam que Carlos Juliano Nardes era assíduo frequentador do escritório de advocacia de José Ricardo Silva.

"Como se depreende dos relatos prestados pelos depoentes Gegliane Maria Bessa Pinto e Hugo Rodrigues Borges [ex-funcionários do escritório], tomados nesta Comissão, na última reunião do dia 15/10, em suas rotineiras visitas ao escritório de advocacia de José Ricardo Silva, Carlos Juliano Ribeiro Nardes recebia envelopes possivelmente com dinheiro", afirma o senador na justificativa do requerimento.

O **Carf**, órgão do Ministério da Fazenda, é a última instância administrativa de recursos relativos a processos abertos pela Receita Federal. O conselho tem competência até mesmo para anular multas tributárias aplicadas a empresas.

Desde março, a Polícia Federal, por meio da Operação Zelotes, apura esquema criminoso em que conselheiros e ex-conselheiros do **Carf** passavam informações privilegiadas para escritórios de consultoria. Esses escritórios, muitos dos quais tinham os próprios conselheiros como acionistas, procuravam empresas multadas pela Receita Federal e, mediante pagamento de propina, prometiam manipular o andamento de processos e controlar o resultado dos julgamentos de recursos.

Com isso, as empresas deixavam de pagar impostos e multas tributárias. A investigação já comprovou prejuízos de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos, mas auditores envolvidos na operação acreditam que a fraude pode ultrapassar R\$ 19 bilhões.

Jornal do Comércio - PE

Partidos arrancam R\$ 1 bi

CLÁUDIO HUMBERTO

A crise atormenta os brasileiros, mas não os partidos, que só este ano já tomaram R\$ 608 milhões do fundo partidário, que sai do bolso do contribuinte. Pior: até dezembro, embolsarão R\$ 867 milhões no total. A tanga, que na prática consagra o financiamento público, pode chegar a R\$ 1 bilhão: o relator do Orçamento, Ricardo Barros (PP-PR), quer acrescentar R\$ 600 milhões aos R\$ 311 milhões previstos para 2016. Os milhões do fundo partidário, divididos entre os partidos, pagam mensalmente sua estrutura, aluguel de jatinhos, festas, jantares, etc. No ano não-eleitoral de 2015, o PT recebeu R\$ 81,6 milhões do fundo, seguido de PSDB (R\$ 66,87 milhões) e PMDB (R\$ 65,2 milhões). O deputado Laércio Oliveira (SD-SE) apresentou emenda para reduzir o fundo para R\$ 245 milhões, em 2016. Dificilmente conseguirá êxito. Partidos nanicos não têm votos, mas também têm fundo partidário: PCO (R\$ 1,02 milhão), PCB (R\$ 1,19 milhão) e PPL (R\$ 1,79 milhão).

Energia onera a agricultura

A crise chega à agricultura de forma devastadora. Além de todos os problemas conjunturais e estruturais, a conta de energia subiu 127% para o consumidor final, somente este ano. Com isso, a energia, que representava 20% dos custos da produção agrícola, já supera os 40% quando falta chuva e os produtores acionam seus sistemas elétricos de irrigação. Com esse custo, a irrigação deverá ser menos utilizada.

CNA

Os números e as estimativas do impacto do custo da energia no campo são da CNA, a Confederação Nacional da Agricultura. Sem boa notícia A agricultura tem

sido o único setor da economia que garante boas notícias à economia brasileira. Agora, esse desempenho é incerto.

Lorota

Quando iniciava sua campanha à reeleição, Dilma prometeu em rede de rádio e TV reduzir a conta de luz. De lá para cá, só fez aumentar.

Fim do mundo

É tão grave o esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), com prejuízos de mais de R\$ 20 bilhões ao País, que a Operação Zelotes, da Polícia Federal, já está sendo chamada no Congresso de "Operação do Fim do Mundo"

Lula não é índio

Além dos lulistas, o próprio ex-presidente Lula se considera inimputável, como índio. Desqualificou a PF e o MP, culpando Dilma e o ministro da Justiça pela busca e apreensão na casa do filho.

SOS Sérgio Moro

Mais que a ganância de administradoras de cartão de crédito, cobrando juros de 414%, impressiona o silêncio cúmplice (e muito suspeito) das autoridades monetárias brasileiras diante desse assalto.

Uber

O senador Antônio Reguffe (PDT-DF) apresenta amanhã seu corajoso parecer favorável ao aplicativo Uber, consagrando o princípio do direito do consumidor escolher como deseja ser transportado. Na definição da polêmica vai prevalecer a lei federal: a Constituição prevê que só a União pode legislar sobre transporte público. Muitos parlamentares são usuários (satisfeitos) do aplicativo.

Diário Regional - MG

Auditor da Receita diz que parlamentares podem ter recebido dinheiro para aprovar MP 471

MEDIDA PRORROGOU INCENTIVOS FISCAIS PARA MONTADORAS NO NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE

Responsável por coordenar as investigações da Operação Zelotes na Receita Federal, o auditor fiscal Gerson Schaan afirmou que há "convicção de que houve irregularidade na tramitação da MP 471, que prorrogou incentivos fiscais para montadoras com fábricas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Fie disse que o próximo passo é descobrir quem são os "colaboradores" que receberam dinheiro para viabilizar essa e outras normas sob suspeita de terem sido compradas. O auditor diz que as provas colhidas até agora sugerem que o dinheiro pode ter chegado a congressistas, responsáveis por aprovar as MPs no Congresso.

"Estamos no momento mais importante da investigação. Há provas consolidadas, concretas das irregularidades", avaliou Schaan. "Na cadeia do trâmite da MP tem várias reuniões, com várias autoridades, muitas trataram do assunto de forma inocente, porque havia justificativa técnica razoável. Mas nem todas. Estamos atrás dos pagamentos para determinadas pessoas, seguindo o caminho do dinheiro para saber os reais beneficiários. As investigações sugerem que o dinheiro pode ter chegado a parlamentares. Temos o rastro financeiro à análise dos documentos apreendidos e isso vai ajudar a fechar o cerco", acrescentou.

Foram as investigações tocadas pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita Federal que comprovaram que a MMC Automotores, fabricante de veículos Mitisubishi no Brasil, e a CAO A, que monta veículos Hyundai, fizeram pagamentos milionários às consultorias Marcondes e Mauloni e SGR para viabilizar a edição, pelo governo, e a aprovação, pelo Congresso, de medidas provisórias. Estão sob suspeita, além da MP 471/2009, a 512/2010 e 027/2015, esta última editada já pela presidente Dilma Rousseff.

Também foi a equipe da Receita que descobriu que parte do valor recebido pela Marcondes e Mauloni foi parar na LFT Marketing Esportivo, empresa que tem Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, como sócio. Conforme as investigações do órgão, a LFT, que não tinha funcionários, não fez pagamento de salários ou recolheu contribuição previdenciária de empregados, recebeu R\$1,5 milhão da consultoria em 2014.

O objetivo das investigações a partir de agora é vasculhar quem mais recebeu dinheiro das consultorias. As investigações revelaram conversas entre os lobistas nas quais eles comentam que deveriam repassar R\$(1,4 milhões a "colaboradores" por uma das MPs. O esquema chegou a tentar elevar o valor da propina para R\$10 milhões, mas Mauro Marcondes, um dos presos e sócio da Marcondes e Mauloni, conseguiu reduzir o preço para R\$(5,6 milhões.

A Receita investiga a atuação das consultorias desde 2013, quando recebeu denúncia anônima indicando compra de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Em parceria com a Polícia Federal e o MINISTÉRIO PÚBLICO Federal, as investigações apreenderam documentos que levaram a outro esquema, o de compra de MPs. "É gravíssimo o que encontramos. Estamos falando em estimativa de perda de arrecadação bilionária", afirmou Schaan.

Gazeta do Povo - PR

Famílias "intocáveis" (Editorial)

Críticas de Lula à operação da Polícia Federal em empresa do filho mostram que, para o ex-presidente, ele e sua família estariam acima da lei

A Polícia Federal entrou nos escritórios da empresa LFT Marketing Esportivo, de propriedade de Luís Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, e de lá retirou documentos e arquivos digitais. Como não vivemos numa ditadura, mas em um país onde as instituições democráticas estão vivas e fortes, a ação policial se deu absolutamente dentro da lei: foi precedida de depoimentos aparentemente confiáveis e de coleta de registros de anotações e correspondências que apontavam a existência de indícios de envolvimento de Luís Cláudio em ilícitos. Este conjunto foi submetido a uma juíza federal que, diante de tudo quanto viu, autorizou a busca e apreensão na LFT.

O que há de errado nisso tudo? Partindo do princípio de que todos são iguais perante a lei e de que instituições de Estado - como o são a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário - detêm competência e têm o dever de dar combate ao crime, o fato de o alvo ser filho de um influente ex-presidente não o coloca (e nem ao pai) acima da lei. Pelo contrário: exatamente em razão de suas condições pessoais, ambos deveriam expressar respeito ainda maior pela ação que culminou com o rastelo nos escritórios do ilustre filho.

Não é assim que, nem de longe, cogita pensar o ex-presidente Lula da Silva, que imediatamente abriu sua caixa de teorias conspiratórias para fazer-se de vítima de coordenada atuação que busca envolvê-lo em uma suposta "criminalização do PT" e a desgastá-lo politicamente para evitar que se candidate outra vez à Presidência. Por terceiros, tem dado seus recados para responsabilizar diretamente sua sucessora, Dilma Rousseff, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, "incapaz" de controlar a Polícia Federal, da qual é o superior.

O caminho para se chegar à LFT se iniciou no âmbito da Operação Zelotes, instaurada para investigar tráfico de influência e farta distribuição de propinas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão colegiado que julga contenciosos entre a Fazenda e contribuintes. E foi aí que se levantaram suspeitas de que até mesmo uma medida provisória baixada com o objetivo de reduzir a carga de impostos das montadoras automotivas teria a intermediação de lobistas e de Luís Cláudio.

O provérbio sobre a mulher de César obviamente se aplica também ao restante da família. E a família de Lula tem estado na mira das autoridades já há alguns dias. A Operação Lava Jato tem investigado as relações do pecuarista José Carlos Bumlai com os Lula da Silva; a delação premiada do lobista Fernando Baiano menciona um repasse a uma nora do ex-presidente. E, puxando-se os fios, chega-se à pergunta: o que têm em comum a LFT (especializada em marketing esportivo) e uma empresa de consultoria econômica (a Marcondes & Mautoni) para que esta pagasse à primeira R\$ 1,5 milhão? Luís Cláudio diz que prestou serviços de marketing esportivo à M&M, que na Zelotes aparece como um dos executores do trabalho de sapa que deu origem à lucrativa MP. Parece honesto?

Se não parece, o melhor é investigar para que se tirem todas as dúvidas e, ao cabo, até se dê um atestado de inocência e idoneidade para Luís Cláudio e para Fábio Luís, o "Lulinha", também citado por Fernando Baiano. Antes disso, soa no mínimo despropositado que o pai dê vazão - sempre por meio de "aliados" - a declarações do tipo "a situação passou dos limites"; ou de que o ministro da Justiça quer apenas "aparecer"; ou a de que, em nome do combate à corrupção, querem destruir o projeto político do PT.

O aborrecimento manifestado por Lula pela "perseguição" que ele e a família estariam sofrendo é mais uma prova de que as ideias do ex-presidente não condizem com a grandeza que se espera de um homem público e com o preceito constitucional e social segundo o qual todos somos iguais perante a lei. Lula vê os episódios apenas do alto da arrogância e da sensação de que está acima de todos - comportamento que, em conjunto com tanto quanto se viu desde o mensalão e a Lava Jato, passando agora pela Zelotes, apenas deveria servir para apressar o ocaso político de um líder que despreza as instituições.